



CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL – ANO BASE 2023

BELO HORIZONTE/ MG – 2024

INTRODUÇÃO

A autoavaliação institucional é um processo de avaliação que busca verificar o desempenho de uma instituição, seja ela uma universidade, faculdades isoladas ou integradas, escola, empresa ou qualquer outra organização. Essa avaliação é feita internamente, pelos próprios membros da instituição e com participação da comunidade externa, e tem como objetivo identificar os pontos fortes e frágeis da organização, a fim de promover melhorias.

A autoavaliação institucional pode ser realizada de diversas formas, como por meio de testes, entrevistas, análise de dados e indicadores, entre outras técnicas. É importante ressaltar que o processo de autoavaliação não tem como objetivo punir ou responsabilizar indivíduos ou grupos, mas sim identificar oportunidades de melhoria para a instituição como um todo.

No contexto acadêmico, a autoavaliação institucional é uma das etapas fundamentais do processo de avaliação das instituições de ensino superior, que é realizada periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) e, internamente, pela CPA – Comissão Permanente de Avaliação. Além disso, a autoavaliação institucional é considerada uma prática importante para a gestão da qualidade no ambiente acadêmico e institucional.

HISTÓRICO

A Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG), sediada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é um estabelecimento particular de ensino superior mantido pelo INSTITUTO PEDAGÓGICO DE MINAS GERAIS LTDA - IPEMIG, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.371.257/0001-76, sediado na Avenida Amazonas, n.º 491, 15º andar, Bairro Centro, CEP: 30180-001, em Belo Horizonte - MG, representado legalmente por Maria Lucimary Lage Silva, brasileira, empresária, RG n.º MG- 6.329.204, inscrita no CPF (MF) sob o n.º 738.193.796-49.

A FBMG foi fundada em 1999 e está em pleno funcionamento, alcançando êxito e sucesso naquilo que propôs realizar. Iniciou com o curso de graduação em Administração em 2000, o curso de graduação em Ciências Contábeis em 2005, o curso de graduação em Direito em 2006, e o de Bacharelado em Teologia, em 2007, modalidade presencial, o Bacharelado em Teologia, em 2017, modalidade a Distância. Mantém cursos de Pós-graduação *Lato-Sensu* em Gestão, Direito e Teologia.

Por ser uma Instituição de Ensino Superior, a FBMG, além de ser respaldada pela história dos batistas mineiros na área da educação, já tem alcançado desde o início de suas atividades acadêmicas, uma qualidade ímpar que é reconhecida pela comunidade onde está inserida. Por cuidar e ministrar a educação superior, a FBMG estará encampando e promovendo outros cursos superiores que julga

capaz de implementar, além de capacitações e formações extensionistas, assim como cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A FBMG foi fundamentada na trajetória histórico-educativa do Colégio Batista Mineiro, na experiência significativa de educar, na autonomia didático-científica e na relação existente entre ensino, pesquisa e extensão promulgados na Constituição Federal de 1988 e na nova LDB (Lei 9.394/96).

Buscando ampliar seu alcance como instituição superior a FBMG no ano de 2019 teve sua manutenção transferida ao INSTITUTO PEDAGÓGICO DE MINAS GERAIS – IPEMIG, que possui mais de dez anos de tradição e reconhecimento em ensino a distância em pós-graduações.

RELATO GLOBAL - AVALIAÇÕES ANTERIORES

Em 2019 a FBMG passou por um processo de mudança de mantença, a partir de então, tendo como nova mantenedora o IPEMIG – Instituto Pedagógico de Minas Gerais, e não mais a Junta Batista de Educação. Isso implicou em enormes desafios referentes à organização institucional e acadêmica para fins de ajustes à nova proposta educacional da nova mantenedora. A CPA buscou acompanhar as mudanças do período, como se comprova no relatório do triênio 2018-2020, contribuindo para a verificação de possíveis fragilidades que poderiam ser atendidas pela nova mantenedora e aperfeiçoamento dos aspectos bem avaliados da IES.

Em meio ao processo de mudanças institucional, não somente a instituição, mas a sociedade global, foram surpreendidos pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus, a COVID 19. Todos os setores, sociais, religiosos, familiares e mesmo individuais, de ordem mundial, foram afetados pelas políticas dos isolamentos e das questões sanitárias implicadas. O mundo teve de pensar e construir rapidamente novas formas de comunicação, inclusive pedagógicas, para fins tanto das relações diversas como do prosseguimento das atividades educacionais.

As instituições de ensino, pautadas nas relações interpessoais, foram grandemente afetadas. Mesmo a EaD, que se faz com o uso das tecnologias para as atividades pedagógicas, mas dependia do pessoal de trabalho e das comissões nas sedes e polos institucionais, teve que se reorganizar rapidamente com a nova situação do *home office* e as restrições do trabalho e encontros presenciais.

Em meio a essa situação a FBMG buscou soluções para melhor desempenho no processo pedagógico e atendimento das demandas que surgiam a cada dia no contexto. Novas estratégias de ensino e aprendizagem foram aplicadas durante a pandemia do COVID-19, para atender a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação e as Resoluções da Presidência do

IPEMIG/FBMG nº 110, de 24 de março de 2020, e 111, de 18 de junho de 2020, principalmente no tocante às seguintes disposições:

- 1) As aulas anteriormente ministradas presencialmente passaram a ser ministradas, a partir do dia 25 de março de 2020, na modalidade remota ao vivo pela plataforma ZOOM, no mesmo dia e horário da aula presencial, por meio das tecnologias de informação e comunicação, com a utilização de ferramentas síncronas (via transmissão online – Webconferências, chats, seminários e debates online, que acontecem em horário previamente agendado) com aula mediada pelo professor, e as ferramentas assíncronas (são aquelas consideradas desconectadas do momento real e/ou atual) como materiais disponíveis e acessíveis no sistema de acesso dos alunos.
- 2) As atividades foram disponibilizadas na área do aluno, quais sejam: testes, tarefas, listas de exercícios, e-mail, arquivos de conteúdo, vídeos, gravação das aulas. Está sendo utilizada uma combinação entre ferramentas síncronas e assíncronas para oferecer uma boa experiência de ensino, permitindo doses certas de interatividade e autonomia do protagonismo dos nossos estudantes.
- 3) As atividades práticas supervisionadas (reais) estão suspensas até nova regulamentação do MEC sobre como as IES deverão proceder. Todavia as práticas supervisionadas (simuladas) permanecem sendo ministradas normalmente durante o período acadêmico, pois as aulas perfazem a carga horária exigida com as atividades extracurriculares.

Considerando as duas situações acima descritas, que contextualizam os relatórios anteriores de autoavaliação institucional, é possível afirmar que, mesmo em meio a elas, a CPA manteve seus trabalhos de avaliação, como se comprova no desempenho institucional nas avaliações externas para autorização de novos cursos e nas mudanças que vêm sendo implementadas nos últimos anos. Embora, em uma atuação de caráter mais informal em que as comunicações se fizeram de forma mais direta com os agentes de gestão e mesmo com os setores institucionais, devido ao caráter emergencial das demandas em um período de graves situações, os relatórios finais expressam parte de todo o trabalho por ela realizado.

Desde 2022, com o fim real dos isolamentos causados pela pandemia e passados quase três anos da transferência de mantença, melhorias mais radicais vêm sendo realizadas no âmbito institucional, como fruto das verificações realizadas pela CPA em conjunto com os demais órgãos de gestão e trabalho e toda a participação da comunidade acadêmica.

No ano de 2023, considerado período pós-COVID-19, a FBMG retomou plenamente suas atividades presenciais, recompondo equipes, suprindo áreas desatendidas, e investindo na sua área

acadêmica visando o aperfeiçoamento dos seus cursos tendo em vista os processos de reconhecimento de vários deles, o processo de credenciamento para a oferta dos cursos na modalidade EaD, e os pedidos de autorização para novos cursos de Graduação. Desse modo, foi fundamental a participação da CPA, principalmente nas entrevistas com as comissões de avaliação in loco, e, como consequência, os bons resultados avaliativos alcançados.

Este relatório busca apresentar, de modo sintetizado, as principais melhorias, aperfeiçoamentos e inovações realizadas no âmbito institucional e outras fragilidades percebidas no processo avaliativo do ano a que se refere, além daquelas já mencionadas no relato trienal (2019-2021), tendo por base o relato avaliativo de 2022, de modo a oferecer uma noção de continuidade no processo avaliativo neste ano de 2023.

A CPA

Conforme o Regimento da FBMG, a CPA se qualifica como:

Art. 48. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão interno criado por determinação legal com o fito de administrar processos internos de avaliação, seus resultados e prestar informações necessárias ao órgão do Ministério da Educação e principalmente contribuir com a Instituição no diagnóstico das potencialidades e fragilidades para que sejam implementadas as ações corretivas.

§1º A Comissão Própria de Avaliação deve atender:

- I - Um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico.
- II - Uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária. III - um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

§2º A CPA será constituída por ato do Diretor da Instituição, assegurada à participação dos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada à composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

§3º A CPA reger-se-á por regulamento próprio.

A Comissão Própria de Avaliação da FBMG, instituída para o biênio 2023/2024, pela Portaria 18/2022, de 28 de novembro de 2022, passou a ser formada pelos seguintes membros, a saber:

REPRESENTANTES DOCENTES:

Bertie Simão de Moura (Presidente)

Abdruschin Schaeffer Rocha

REPRESENTANTES TECNICO-ADMINISTRATIVO:

Luiz Fernando Mourão Santos

Gabriel Philippe de Almeida Miranda

REPRESENTANTES DISCENTES:

Pedro Nogueira

Angelo Otávio Castellani Oliveira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Michael Gonçalves Pimentel

Elbert Guimarães Barbosa

Entretanto, na passagem do ano de 2023 para o ano de 2024, alguns membros da CPA foram desligados do corpo docente, exigindo a sua recomposição, nos termos da Portaria nº 04 de 14 de janeiro de 2024, cujo mandato vigorará até o ano de 2025, como segue:

REPRESENTANTES DOCENTES:

Sidney de Moraes Sanches (Presidente)

Suellen Aparecida Miguel de Souza

REPRESENTANTES TECNICO-ADMINISTRATIVO:

Luiz Fernando Mourão Santos

Gabriel Philippe de Almeida Miranda

REPRESENTANTES DISCENTES:

Pedro Henrique Santos Nogueira

Angelo Otávio Castellani Oliveira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Michael Gonçalves Pimentel

Elbert Guimarães Barbosa

Na FBMG, a CPA – Comissão Permanente de Avaliação, é responsável por coletar insumos e dados, através de entrevistas, formulários, análises documentais, verificação in loco, participação em

reuniões e eventos etc., para a avaliação institucional. Cabe a ela, por meio de ampla investigação, a construção dos relatórios parciais de avaliação, a serem enviados ao MEC anualmente e publicados para a comunidade acadêmica e sociedade civil, e os relatórios trienais vinculados ao ciclo avaliativo do SINAES.

Somente com a participação de todos os envolvidos é que a CPA tem conseguido promover mudanças e melhorias da FBMG, no que diz respeito à sua organização acadêmica, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal e na inovação nos cursos. Além da comunidade interna e externa, os resultados práticos da Avaliação Institucional são compartilhados, de antemão, com os representantes de gestão, para análise de medidas cabíveis e possíveis de serem tomadas, tendo como base as demandas verificadas.

Ela tem buscado representar a instituição como um todo, e seus resultados, após publicados e amplamente discutidos, visam servir de insumos para as transformações institucionais e sua atualização. É preciso ressaltar que tais resultados visam a consecução da missão e do projeto institucional, através da análise de suas declarações documentais e a execução do que foi comprometido nos planejamentos. Ela é um órgão da instituição, mas com autonomia de trabalho a fim de que a avaliação expresse realmente os aspectos fortes e exitosos institucionais e suas fragilidades.

Destaca-se aqui que o presente relatório de autoavaliação institucional é parcial, relativo ao ano de 2023, e que somados aos anos de 2021 e 2022 comporá a avaliação trienal de 2021-2023, conforme nota técnica INEP/DAES/CONSAES N° 065.

Versão Parcial: O relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

Versão Integral: O relatório integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES. (NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no processo avaliativo do ano de 2023 passou pelas etapas de Sensibilização, Diagnóstico, Relatório e Publicação de Resultados.

Sensibilização

A fase inicial do processo de autoavaliação foi a sensibilização da comunidade acadêmica e externa a ela para a ampla participação nas atividades avaliativas. A intenção é de que a avaliação fosse participativa e envolvesse todos os personagens da vida institucional.

Essa fase foi realizada com a utilização dos canais de comunicação institucional, como site, redes sociais e o próprio AVA. Todos e todas foram chamados a participar, tais como todos os setores e segmentos institucionais, tanto na forma de entrevistas, preenchendo os formulários, utilizando a ouvidoria etc. Foram utilizados vários caminhos e atividades, formais e informais, para coletar dados e insumos para a verificação diagnóstica.

Na avaliação, foram utilizados então mecanismos de comunicação da CPA, com recolhimento e análise semestral de dados para a avaliação e relatório anual.

As dificuldades percebidas são recorrentes nas avaliações anteriores, que é a baixa adesão da comunidade acadêmica às atividades de avaliação, mesmo tendo sido realizado o trabalho de sensibilização. A cultura avaliativa é um processo longo e pedagógico no âmbito institucional. Outra dificuldade, geradora de ampla discussão na CPA, foi quanto à tecnologia para coleta de dados através de formulários, embora haja várias delas disponíveis na Internet são generalistas e não cumprem o ideal de uma coleta de dados específica do meio educacional. Para isso, utilizou-se a ferramenta Power BI, da Microsoft, que é uma plataforma unificada, a partir da qual se pode gerir dados, gerar relatórios e gráficos e incluir os visuais em outros aplicativos usados no dia a dia.

Diagnóstico

Para a análise diagnóstica também foram lidos os projetos institucionais como PDI e PPCs, e verificados relatórios dos anos anteriores da CPA, considerando os indicadores apontados na própria regulamentação do SINAES. Os dados coletados no processo formal de avaliação contribuíram, significativamente, para verificação da atual configuração institucional, identificação de seus aspectos exitosos e das fragilidades, visando ações corretivas e o aperfeiçoamento de todas as suas áreas. Em vista disso, foram verificados os seguintes setores institucionais com o propósito de se lançar um olhar abrangente e de conjunto:

Administração Geral e Acadêmica
Cursos de Graduação
Cursos de Pós-Graduação

Cursos e programas de Extensão
Organização Didático-Pedagógica dos cursos e programas
Pesquisas e produção acadêmico-científico
Infraestrutura física e tecnológica
Biblioteca física e virtual
Laboratórios
Corpo Docente e tutorial
Corpo Discente
Coordenadorias
Responsabilidade social
Comunicação Interna e Externa
Ações relativas a Direitos Humanos e Ambientais
Acessibilidades

Nessa fase, como já informado, vários cursos passaram por processos avaliativos visando o reconhecimento, e a CPA foi beneficiada com dados e informações produzidas pelos relatórios das comissões avaliativas, contribuindo significativamente com um olhar externo para a instituição, sendo possível a comparação com os resultados que a CPA vinha obtendo.

Relatório

Os trabalhos da CPA visam a construção de relatórios que retratem da forma mais fidedigna possível a situação institucional, a partir de todos os seus cursos, programas, projetos, regulamentos, infraestruturas etc. A verificação realizada deve resultar em relatórios que descrevem a configuração atual da FBMG e o atendimento das suas principais demandas identificadas no processo avaliativo.

O relatório foi encaminhado, de antemão, para o corpo diretivo da FBMG para fins de análise, planejamentos e correções, e também será publicado para ampla discussão pela comunidade acadêmica e externa a ela. Até o dia 31 de março será enviado para o MEC através do sistema e-MEC, como requer a legislação em vigor.

Publicação dos resultados

É a última fase do processo avaliativo anual, quando os resultados são tornados acessíveis a toda a comunidade acadêmica e externa a ela, para que resulte em discussões, planejamento e proposição de ações corretivas das fragilidades apontadas, ao mesmo tempo, aperfeiçoamento daquelas comprovadas como fortes e exitosas na organização institucional. Não se trata de um evento pontual de exposição de gráficos, mas de um processo de mais longo prazo, que deve perdurar durante o ano de 2024, com discussões nos respectivos segmentos envolvidos no processo avaliativo, principalmente nos âmbitos da gestão institucional e dos cursos, visando mais bem compreender a configuração e caminhos atuais da própria instituição, propor melhorias, reforçar pontos já exitosos e encaminhar para um desenvolvimento integral da FBMG.

É através dos resultados publicados e amplamente discutidos que também se poderá verificar, outrossim, quais mudanças a CPA tem gerado na vida institucional e quais mudanças ela própria necessita realizar internamente para avançar em sua contribuição para as transformações e inovações necessárias à instituição.

Desenvolvimento

Em seu Roteiro de autoavaliação Institucional, o SINAES estabelece o seguinte percurso para as avaliações internas¹:

¹ Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf

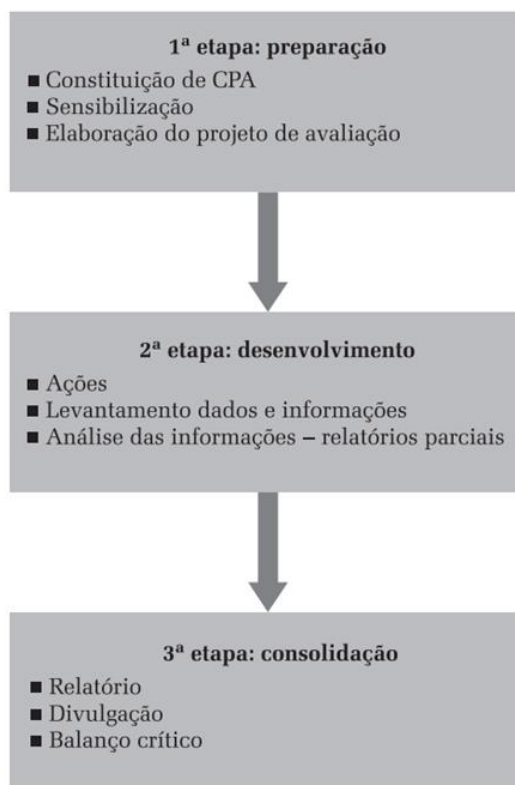


Fig. 1 – Etapas da Avaliação Interna

A FBMG, através da CPA, realiza a avaliação institucional anualmente, com coletas semestrais de dados. Ao final do primeiro semestre letivo é elaborado um relatório parcial, que em conjunto com o relatório dos dados do segundo semestre letivo gera o Relatório Anual da CPA, que é enviado para o MEC até o final do mês de março do ano seguinte, e publicado no âmbito institucional.

Esse processo de coleta de dados inicia após o começo da fase da sensibilização e prossegue de modo concomitante a ela, visto que durante todo o processo avaliativo é preciso estar conscientizando a comunidade acadêmica e externa a ela da necessidade de participação na autoavaliação institucional.

Nessa fase são considerados os seguintes níveis de análise:

- 1) Nível declaratório – a partir da análise de textos institucionais;
- 2) Nível normativo – envolve as normas institucionais;
- 3) Nível da organização – programas, gestão e condições;
- 4) Nível dos resultados – eficiência dos processos desenvolvidos.

Sobre essa etapa o SINAES orienta:

No processo de autoavaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. Cabe ressaltar que a sensibilização deve estar presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo: sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou técnico-administrativo. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 13)

Após coleta de dados é preciso analisá-los, compará-los e gerar resultados tanto na forma narrativa quanto dos gráficos e tabelas, para fins diagnósticos.

A etapa seguinte é, a partir de análises dos dados e do amplo estudo dos projetos institucionais, em vista da Missão da instituição, fazer proposições de melhorias pontuais em relação às fragilidades detectadas e apontar os aspectos que se destacam como exitosos na organização institucional.

A CPA tem cumprido esse cronograma de trabalhos no que tange ao ano de 2023, e após concluído o relatório atual será enviado para as instâncias de gestão institucional e governamentais, e dará início à sua ampla divulgação para a comunidade acadêmica e externa a ela, visando discussão sobre ele e as devidas regulações apontadas.

A CPA optou, excepcionalmente, por apresentar esse relatório na forma de relato, tendo em vista a transição que ainda está realizando para o modelo formal dos gráficos e dados diversos, para os quais está construindo um formato com o auxílio de profissionais em levantamento e interpretação de dados.

EIXO 1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Tem como Núcleo básico e comum:

- finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do Plano de Desenvolvimento Institucional e suas relações com o contexto social e econômico em que a FBMG está inserida.

- articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 18)

- A CPA se pautou em seus trabalhos no Plano de Autoavaliação Institucional que consta no PDI e nas suas discussões iniciais ao ano letivo em que estabeleceu caminhos para essa avaliação.

Constatou-se inicialmente a ausência de um Projeto mais detalhado de avaliação, ao mesmo tempo, objetivo de forma a possibilitar uma avaliação mais dinâmica e pontual. Assim, empreendeu esforços para a construção desse projeto em conjunto com as atividades de avaliação. O novo projeto deveria envolver não somente as dimensões do SINAES e a metodologia utilizada, mas um cronograma possível de consecução. O projeto proposto foi devidamente aprovado no final de 2022, e orientou a avaliação de 2023.

Conforme aponta o guia do SINAES, trata-se do “planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional”, que envolve enquanto “Núcleo básico e comum:

- Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.”

A CPA, tida como órgão de apoio na estrutura organizacional da FBMG, tem trabalhado com autonomia e obtido ampla recepção de seus relatórios. Ela teve acesso aos projetos institucionais e dos cursos em funcionamento. Também teve acesso aos planos de ação, constatando suas contribuições para o planejamento institucional.

As boas avaliações que a FBMG tem recebido nos dois últimos anos se devem, certamente, às melhorias que tem realizado na sua organização gestora, na infraestrutura e na reestruturação acadêmica dos cursos. Há claras evidências de resultados e apontamentos da CPA nessas melhorias, evidenciando a importância do seu papel como órgão de autoavaliação institucional.

É fundamental se considerar que a gestão do Ensino Superior é um processo que está sempre em construção, pois além da observância da legislação educacional do país, se requer a correspondência ao contexto social e esforços por contribuir com o seu desenvolvimento. É preciso ouvir as diversas vozes dos vários atores sociais, ao mesmo tempo e com muita disposição, dos atores da vida acadêmica da esfera institucional. Como auxílio, a CPA oferece seus esforços de avaliação para ajudar a direcionar o olhar gestor para aspectos realmente exitosos ou deficitários da instituição e da sua dinâmica acadêmica.

EIXO 2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

O Roteiro do SINAES apresenta como Núcleo Comum:

- finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do Plano de Desenvolvimento Institucional e suas relações com o contexto social e econômico em que a IES está inserida.
- articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Institucional no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão e avaliação institucional. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 18)

Essa dimensão envolve a verificação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional e como são norteadores da organização e ações institucionais. Para isso, a CPA se ocupou em estudar o PDI, e ciente da missão da instituição buscou verificar em todo o processo avaliativo sua presença orientadora nos setores, cursos, programas e dinâmicas institucionais.

A Missão da FBMG, descrita em seu PDI e expressa em seu Regimento Interno é “Contribuir para a formação da sociedade, educando profissionais que, através da observância dos padrões éticos e morais, sejam capazes de intervir na realidade política, social e econômica das organizações, tanto em nível nacional como global, com competências diferenciadas”. É possível afirmar que ela está resguardada em todos os projetos de cursos, regulamentos diversos e bem expressa no nível declaratório da instituição.

O PDI aponta, em nível de políticas, metas, infraestrutura e previsão orçamentária como o planejamento institucional é orientado pela sua missão e também como é meio de sua consecução. De igual forma, ele estabelece os parâmetros para os demais projetos de curso, dos programas e das ações institucionais.

O PDI, como documento de planejamento institucional, é um projeto sempre em construção e que visa sempre corresponder ao contexto em que a IES está inserida e suas novas demandas sociais. Como tal, ele vem sendo atualizado pela FBMG no sentido de mantê-la sempre atualizada em relação aos contextos em que está inserida. Mas aferiu-se através das entrevistas que nem todos nos segmentos verificados têm conhecimento da Missão institucional;

2. Responsabilidade social

Conforme o Roteiro do SINAES, esse Núcleo Comum requer:

- transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;
- natureza das relações com os setores público e produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ações afirmativas, etc. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 22)

Requer-se de toda IES que cumpra o papel de contribuir para o desenvolvimento social, através de ações de responsabilidade social, tanto em relação à comunidade interna quanto de alcance da comunidade externa a ela e a toda a sociedade que faz parte. Acerca disso, o PDI declara em relação à FBMG que: “Pretende-se promover a educação com preocupação em contribuir com a região, para tanto ministrar um ensino de qualidade voltado para os valores que contribuam para o desenvolvimento regional quanto o de desenvolver ações no ensino, na pesquisa e na extensão que venham prestar serviços à comunidade, levando em conta prioritariamente os programas de: a inclusão social, a inclusão digital, os projetos de educação ambiental, a responsabilidade social e a diversidade cultural.” (PDI).

Na verificação realizada, a CPA constatou que há realmente diversas ações de responsabilidade social na IES, entre elas destaca-se:

- 1) A manutenção do Núcleo de Prática e Assistência Jurídica, vinculado ao curso de Direito, e

que oferece serviços, conforme os relatórios anteriores: “o atendimento jurídico de casos visando a instauração de procedimentos judiciais, atendimento de casos através conciliações, mediações, os círculos restaurativos, judiciais (em parceria com o TJMG) e extrajudicialmente, projeto de extensão em Mediação de Conflitos Hospitalares (convênio realizado com o Hospital São Francisco), entre outros projetos, não menos relevantes.”

2) Sistema de bolsas e descontos, na forma de de gratuidade total e parcial para estudantes que apresentam dificuldades financeiras comprovadas. Além das bolsas de Estudo Social, das bolsas em parceria com os Sindicatos SINPRO-MG, SAAE-MG, Bolsa Família, Convênios Corporativos e Bolsa para Ex-Alunos, a FBMG também oferta bolsas do PROUNI.

EIXO 3. POLÍTICAS ACADÊMICAS

1. Políticas para o ensino, pesquisa e extensão

O Núcleo Comum orienta:

- concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e a utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 19)

O PDI registra que “As políticas de ensino da Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG consideram a adequação ao contexto sócio/econômico, cultural e ambiental, no qual a Faculdade está inserida, e a adequação às políticas governamentais no âmbito federal”. Isso está expresso nos seus documentos e orientam a construção dos projetos de curso. Há uma evidente preocupação de correspondência às DCNs dos cursos e da legislação de suas áreas específicas.

Para essa análise a CPA recorreu aos PPCs dos cursos e programas acadêmicos a fim de analisar a concepção e as coerências curriculares em relação à missão, projeto e objetivos institucionais.

Verificou-se que os currículos têm sido atualizados periodicamente, sob o esforço de trabalho dos seus NDEs.

A FBMG esteve envolvida em vários processos autorizativos, em 2023, como autorização e reconhecimento de cursos, e credenciamento EaD, para os quais recebeu ou aguarda parecer favorável de comissões de avaliação in loco, como segue:

CURSOS	VAGAS	PORTARIAS MEC
Bacharel em Teologia Interconfessional	2000	Autorização em andamento
Tecnólogo em Processos Gerenciais	100	Reconhecimento 384 de 28/09/2023
Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	100	Reconhecimento em andamento
Bacharel em Teologia	200	Reconhecimento 243 de 25/07/2023
Recredenciamento em EaD	-	Processo em andamento

Esses dados foram verificados pela CPA e comprovam que a FBMG vem obtendo bons resultados na sua organização acadêmica, de modo geral. Em conjunto com essas avaliações externas se comprovou por meio dos portfólios de eventos que a IES tem realizado eventos como semanas acadêmicas, lives, painéis com participação das comunidades docentes e discentes, estimulando as discussões transversais de temas atuais, enriquecendo o ensino e criando espaços de publicações de pesquisa e realização de atividades extensionistas.

A CPA constatou que as políticas de ensino da FBMG têm alcançado amplo êxito na orientação dos projetos de cursos e programas realizados, com evidências mais incisivas, principalmente, a partir do ano de 2022, quando obteve evidente crescimento do seu projeto institucional.

2. Comunicação com a sociedade

Esse Núcleo básico e comum envolve:

- estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;

- imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 23)

A FBMG tem estendido suas práticas comunicacionais com a inserção de novas tecnologias que possibilitam contatos em massa para atender turmas dos cursos em funcionamento e manter a comunicação entre elas, tanto quanto com a comunidade externa. Há uma consistente utilização do *site* institucional, atualizado semanalmente, para publicação de informações, inclusive documentos como regulamentos e guias, com acesso público. As redes sociais como Facebook, Instagram também tem sido muito utilizadas e movimentadas na vida institucionais possibilitando que a comunidade de seguidores da FBMG esteja sempre atualizada de suas programações. Os e-mails continuam a ser ferramentas, sendo que cada docente e funcionário da instituição possui esse mecanismo de comunicação interna e externa.

Além dos recursos acima mencionados há o uso do chat *online* para um atendimento mais imediato ao público, além do Centro de Apoio ao Aluno, que acompanha o estudante da instituição desde sua candidatura, processo seletivo, conclusão do curso e após ela como egresso da FBMG.

Está disponível à comunidade também o serviço de Ouvidoria (Fale Conosco) da FBMG. Diretamente vinculado à Direção da instituição, atende às necessidades de comunicação da comunidade externa, servindo inclusive com insumos para a avaliação da CPA. O serviço está disponível via telefone, ou chat, de segunda a sexta-feira, no horário das 13 às 17 horas e das 18 às 22 horas, ou por e-mail, através do formulário e-mail: ouvidoria@fbmg.edu.br.

A comunicação externa tem se evidenciado como um dos aspectos mais fortes da organização institucional da FBMG, que possui um setor de marketing muito dinâmico e mecanismos de comunicação muito funcionais. Certamente, esse é um dos fatores que tem contribuído, além da qualidade do ensino, para o preenchimento das vagas dos cursos. A CPA constatou que a Equipe Multidisciplinar tem atuado com muita agilidade na solução de problemas em relação à comunicação e externa o que contribui para o conhecimento institucional.

3. Políticas de atendimento ao discente

De acordo com o SINAES, o Núcleo básico e comum desse item requer:

- políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;

- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Em seu processo avaliativo a CPA constatou, em nível declaratório, o PDI aponta que “Com este propósito são desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes como: seminários, congressos, simpósios, disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas; Acompanhamento Psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; Programa de Avaliação Continuada para realização da autoavaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; Monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.” Além disso se propõe a aplicar política de bolsas e descontos para alunos comprovadamente carentes de recursos financeiros, na forma de Apoio Pedagógico e Financeiro ao Discente, que será atendido a partir de uma política de trabalho conjunta da Direção Geral da Instituição, da Direção Acadêmica, do docente, da Coordenação de Curso, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Secretaria. O NAE, Núcleo de Atendimento ao Estudante tem sido criado também com a finalidade de prestação desse serviço à comunidade discente.

Em relação aos egressos a FBMG considera que “Uma instituição de ensino pautada nos princípios éticos e de valorização humana concebe o egresso como um parceiro referencial para projetar, desenvolver e avaliar a qualidade da educação oferecida. Portanto o compromisso com o profissional formado na Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG continua através da formação continuada com cursos pontuais, pós-graduação e oportunidade de trabalho na própria instituição, como professor, como técnico ou até mesmo como voluntário nos programas sociais”.

Na verificação realizada pela CPA através de entrevistas e análise documental se constatou que há atualmente funcionários na casa formados pela própria instituição, tais como a destinação de bolsas de estudos para ex-alunos dos seus cursos. Também se confirmou a existência do NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante e dos programas de atendimento psicopedagógico, de bolsas estudantis e do atendimento discente pelas tutorias e coordenações dos cursos.

EIXO 4. POLÍTICAS DE GESTÃO

1. Políticas de pessoal

O Núcleo básico e comum orienta:

- planos de carreira regulamentados para os corpos docente e técnico-administrativo, com critérios claros de admissão e de progressão;
- programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os corpos docente e técnico-administrativo;
- clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 24)

Essa dimensão envolve as políticas de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. No PDI, em suas políticas de gestão, consta em nível declaratório que pretende a “valorização dos profissionais da educação e uma gestão democrática”, o que resulta num compromisso de manter um quadro docente, tutorial e técnico-administrativo adequado ao número de alunos da instituição e ao seu projeto institucional.

A CPA constatou através de entrevista com as coordenadorias de curso que a FBMG ampliou significativamente seu quadro docente no ano de 2022, e tem projeto de ampliar esse segmento dado os novos cursos autorizados para atender as respectivas implantações. Isso tem possibilitado uma melhor distribuição das turmas e atribuições docentes, bem como a composição dos colegiados e NDEs. Em paralelo, tem ampliado também o corpo tutorial para atender principalmente os novos cursos.

Em relação aos Planos de Carreira, eles existem e estão implementados. Além dos cuidados em relação à remuneração docente, tutorial e do corpo técnico-administrativo a FBMG planeja oferecer em 2023 possibilidade de planos de saúde para todo o pessoal contratado pela IES.

Conforme os indicadores relativos ao corpo docente e tutorial dos cursos, em quesito de titulação, é possível afirmar que 90% dos docentes possuem titulação em programas stricto sensu relacionados à área em que atuam nos cursos. Em nível de Regime de trabalho a maioria é parcial ou horista.

Em relação à produção docente, se evidencia que há uma cultura de pesquisa e produção entre os docentes da IES, embora não institucionalizada. As produções são independentes e ainda faltam mecanismos de publicação também em repositórios da própria instituição.

Quanto ao corpo técnico, é possível afirmar que ele é formado por uma diversidade de profissionais especializados em suas áreas e que atuam alinhados com os objetivos do desenvolvimento institucional.

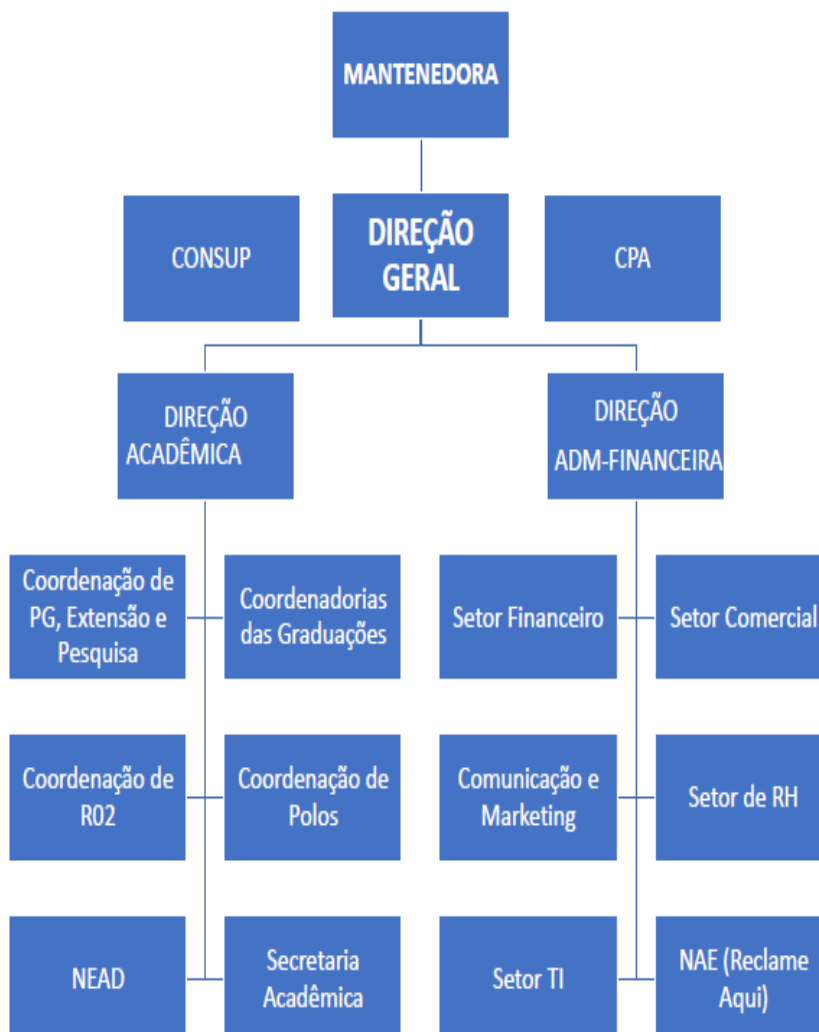
2. Organização e gestão institucional

Nessa dimensão o Núcleo básico e comum orienta:

- existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
- funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
- investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis). (Roteiro de Autoavaliação Institucional, p. 25)

A organização e gestão institucional envolvem a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Conforme apresentado nos relatórios anteriores: “A administração da FBMG, de acordo com seu Regimento Interno da Faculdade Batista de Minas Gerais, é de responsabilidade, em função executiva, da Direção e tem como instância colegiada a Direção Superior – órgão superior administrativo da Faculdade, constituído pelo Diretor, Coordenadores de Curso, Secretário Geral e pelo Diretor Geral do IPEMIG e tem como atribuições definições administrativas de caráter estratégico.”, e prossegue: “Na Estrutura da FBMG o Conselho Acadêmico, é órgão deliberativo, normativo e consultivo superior em matéria acadêmica, pedagógica e/ou científica. Este conselho é formado pela Coordenação Pedagógica, os coordenadores dos cursos oferecidos pela Faculdade e presidido pelo diretor da Faculdade”, conforme apresentado no organograma institucional a seguir:



A CPA concluiu que há um funcionamento efetivo do fluxo de gestão na FBMG, também na esfera dos seus cursos com os colegiados e órgãos vinculados, principalmente nos cursos mais antigos e que á vem passando por processos diversos de avaliação e regulação, inclusive com Planos de Gestão das coordenadorias. Os novos cursos estão ainda em fase de implantação, portanto, de organização interna das suas instâncias de gestão.

Também se verificou que a gestão institucional e dos cursos têm se servido dos resultados da CPA e suas avaliações para ações corretivas em sua atuação, para fins de melhorias na organização e funcionamento institucional.

Há documentação dos processos e das atividades dos cursos e institucionais, na forma de portarias, atas, regulamentos, sistema de registro e controle acadêmico, portfólios etc. Percebe-se claramente a preocupação evidenciar o desenvolvimento institucional de forma organizada e sistêmica.

Sobre a organização e gestão institucional da FBMG, a CPA destaca o bom trabalho que vem sendo realizado na busca de melhorias para esse elemento fundamental da vida instituição e que envolve todos os demais setores.

3. Sustentabilidade financeira

O Núcleo básico e comum dessa dimensão visa:

- sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

O Art. 8º do Regimento Interno da FBMG afirma que “compete precipuamente a entidade mantenedora promover as condições adequadas de funcionamento das atividades da faculdade, colocando-lhe a disposição os bens móveis e imóveis, para tanto necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos ou arrendados sob contrato”. O § 1º ainda assegura que “à entidade mantenedora, reserva-se a administração orçamentária, financeira e contábil da faculdade, sendo de sua responsabilidade o aporte de recursos humanos, materiais e financeiros para o normal funcionamento dessa”.

A atual mantenedora da FBMG é o IPEMIG, que assumiu sua manutenção no ano de 2019 e vem empreendendo esforços não somente pela sua manutenção, ainda que em meio à crise sanitária que vivenciamos nos anos de 2020 e 2021, mas à crise econômica decorrente dessa situação global.

Conforme o PDI o planejamento financeiro da FBMG tem como previsão de fonte de recursos as mensalidades, taxas e recursos de terceiros, mas também inclui, em vista de investimentos necessários no crescimento institucional, a possibilidade de utilização de recursos externos, inclusive governamentais.

Nesse intuito, do desenvolvimento institucional, a CPA percebeu por meio dos seus esforços de coletas de insumos para o diagnóstico avaliativo, que tem sido realizados aportes importantes para investimentos nos cursos e em sua organização acadêmica. No ano de 2023 foram realizadas várias contratações de pessoal tanto docente quanto técnico-administrativo. Também foram contratados serviços como bibliotecas virtuais, ampliação de uso das plataformas de videoconferências, serviços de edição de vídeos, etc.

EIXO 5. INFRAESTRUTURA FÍSICA

A dimensão da infraestrutura abrange também a infraestrutura tecnológica, principalmente aquela destinada para a EAD e no Núcleo Comuns do guia do SINAES orienta-se que sejam verificados:

- adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Conforme descrição no relatório da CPA anterior a esse: “O campus da instituição dispõe de 19.800m² de área e desses 8.000m² de área construída, com quatro auditórios, espaço amplo de convivência e uma infraestrutura física privilegiada. A instituição dispõe de ampla sala de professores e sala de apoio no prédio da Administração da FBMG, trata-se de sala ampla, arejada e bem iluminada, com mais de 32,00m², sofás, mesas, cadeiras, lixeiras, computadores, bebedouros, ventiladores, espaço para lanche, quadro de avisos e armários individuais”.

A FBMG dispõe de excelente infraestrutura física tanto para os seus cursos presenciais como para a utilização pelos cursos em EAD, tanto como polo acadêmico e como sede administrativa. Ela está equipada com mobiliário em ótima conservação e adequação em nível de acessibilidades.

A infraestrutura tecnológica disponível para o EAD da FBMG também tem recebido investimento institucional, seja para aquisição de equipamentos de informática para os vários setores, como em forma de recursos e serviços tecnológicos. No PPC do curso de Bacharel em Teologia, recém-avaliado pelo MEC, estão listados os seguintes recursos tecnológicos disponibilizados aos cursos: “Entre outros recursos utilizados para viabilização da educação em EAD está a Biblioteca Virtual Biblos, que possui acervo digital na área da Teologia e é utilizada para composição da Bibliografia Básica e Complementar. Também se conta com a Biblioteca A; Biblioteca BibliON; Biblioteca Hebraica; Editora Fi e a Plataforma Pearson, que dispõe de obras digitais principalmente no âmbito do eixo interdisciplinar e complementam o estudo teológico e as pesquisas realizadas em sua dinâmica. Para as aulas síncronas, realização de eventos online e reuniões internas online a IES possui uma conta na plataforma de streaming ZOOM, para a qual dispõe acesso particular para a coordenação e

professores do curso. Além dessas plataformas digitais o curso conta também, entre outros, com os seguintes recursos tecnológicos:

- 1) Canal no Vimeo para disponibilização na Internet para os estudantes de vídeos gravados em aulas síncronas no curso;
- 2) Sistema de Gestão Educacional Universa; que possibilita aos estudantes acompanharem virtualmente seu desempenho acadêmico e as informações relativas ao seu registro na IES e no curso e o sistema de avaliação;
- 3) Perfil no Telegram, visando promover a interação da comunidade acadêmica relacionada ao curso e dispor materiais e recursos;
- 4) E-mail Institucional, para docentes e pessoal técnico que atua no curso, visando o envio de materiais e a comunicação interna;
- 5) WhatsApp, utilizado tanto pelas tutorias para contato mais rápido com alunos e professores, como pelo NDE e professores e seus grupos específicos.
- 6) Instagram, usado em Lives como também como plataforma de divulgação de eventos acadêmicos e outros;
- 7) Youtube: plataforma pela qual são transmitidos os seminários e eventos acadêmicos.

Os cursos são mais bem demonstrados nessa imagem:



É evidente o esforço institucional, tanto através da Equipe Multidisciplinar, dos gestores dos cursos, dos colegiados e da gestão em geral pela inovação nos aspectos da infraestrutura, principalmente tecnológica, visando experiências diferenciadas e inovadoras no EAD.

ANÁLISE DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES DA CPA

<p>EIXO 1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <p>Dimensão 8: Planejamento e avaliação</p>	<ol style="list-style-type: none">1) Que se prossiga nos esforços de apropriação dos resultados da CPA, sistematizados em seus relatórios, e se estimule suas publicações à comunidade acadêmica e externa a ela, promovendo discussão sobre as melhorias apontadas, sua pertinência e importância para o aperfeiçoamento e inovação institucional.2) Que haja orientação e estímulo para que em todos os cursos e programas, na construção de seus projetos e planos, se considere a leitura e análise prévia dos relatórios da CPA para fins de sua apropriação neles.3) Que se crie modos e mecanismos de se documentar formalmente, seja por meio de textos narrativos, de gráficos, imagens ou outros recursos visuais, as melhorias realizadas em todos os setores e espaços institucionais sob influência dos relatórios da CPA.4) Que se aperfeiçoe continuamente as etapas do ciclo avaliativo, especialmente quanto à sensibilização e o acompanhamento da proposição e implantação das ações.5) Que se divulgue os resultados das avaliações internas de forma rápida e clara.6) Que se utilize os resultados da avaliação para a retroalimentação do processo de planejamento.
<p>EIXO 2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p> <p>Dimensão 1: Missão e PDI</p>	<ol style="list-style-type: none">1) Que se amplie as políticas, planos e descrições relativas ao EaD, tendo como base as próprias experiências que já vem desenvolvendo nessa modalidade educacional e

	<p>seu plano de avanço e inovações nessa área.</p> <p>2) Que se faça uma síntese do PDI e que se publique para a comunidade acadêmica para fins de que se conheça amplamente os planos institucionais, de igual forma a Missão da Instituição, que seja apresentada nos vários espaços virtuais de frequência da comunidade acadêmica para conhecimento de todos.</p>
<p>Dimensão 3: Responsabilidade social</p>	<p>1) Que se amplie os programas e ações sociais realizadas, envolvendo todos os demais cursos da instituição e suas comunidades acadêmicas, inclusive através das atividades extensionistas;</p> <p>2) Que se divulgue amplamente as ações realizadas, visando despertar interesses da comunidade acadêmica em contribuir e realizar ou participar de novos projetos.</p> <p>3) Que se mantenha o registro e controle atualizado dos números de pessoas atendidas nos projetos de responsabilidade social, a fim de que possam ser recuperados a qualquer tempo para fins das avaliações.</p>
<p>EIXO 3. POLÍTICAS ACADÊMICAS</p> <p>Dimensão 2: Políticas para o ensino, pesquisa e extensão</p>	<p>1) Que se amplie os programas de capacitação docente e tutorial em cada ano letivo, inclusive voltados para o estímulo à utilização de novas tecnologias que podem servir de excelentes instrumentos pedagógicos e de inovação nos cursos.</p> <p>2) Que se avance nos projetos de curricularização da extensão através de programas que transversalizem o conhecimento no âmbito dos cursos e permitam novas experiências na relação teoria-prática.</p> <p>3) Que se amplie o núcleo optativo dos cursos possibilitando assim a ampliação da sua flexibilidade e participação discente.</p>

	<p>4) Que se amplie também o catálogo dos cursos de pós-graduação ofertados, alcançando os vários cursos da instituição, inclusive aqueles recém autorizados e em processo de implantação.</p> <p>5) Que se aumente a oferta de cursos de extensão abordando temas de interesse social e cultural, visando alcançar um número maior de pessoas.</p> <p>6) Que se amplie os convênios de Estágio supervisionado, dispoendo aos discentes de mais oportunidades e fortalecendo a supervisão docente.</p> <p>7) Que se produzam ou se adquiram laboratórios pedagógicos que favoreçam o aprendizado das disciplinas que exigem o exercício prático da atividade docente.</p>
<p>Dimensão 4: Comunicação com a sociedade</p>	<p>1) Que se mantenha um arquivo atualizado de todas as demandas acolhidas através da Ouvidoria, inclusive com registro dos encaminhamentos e soluções providenciadas.</p> <p>2) Que se monitore o cumprimento da legislação pertinente à proteção de dados.</p> <p>3) Que se busque e se implemente novas estratégias de comunicação interna.</p> <p>4) Que se fortaleça o papel e exercício da Ouvidoria.</p> <p>5) Que se faça o acompanhamento contínuo das informações veiculadas externamente pela Secretaria Acadêmica e Coordenações, sobretudo no site institucional.</p>
<p>Dimensão 9: Políticas de atendimento ao discente</p>	<p>1) Que se aperfeiçoe os programas de nivelamento tendo como base o avanço na oferta dos cursos e possíveis fragilidades da relação ensino-aprendizagem percebidas.</p> <p>2) Que se mantenha em números atualizados as bolsas, descontos e outros auxílios disponibilizados aos estudantes com baixa renda, para se ter clara dimensão do serviço</p>

	<p>prestado pela IES.</p> <p>3) Que se organize um banco de egressos, por cursos, para que as coordenadorias possam ter acesso direto a eles, visando identificar aspectos dos próprios cursos a seres regulados, verificar sua inserção profissional e possíveis alterações curriculares com base em sua experiência de formação.</p> <p>4) Que se amplie os recursos, programas e pessoal treinado para o atendimento ao discente, sobretudo no acompanhamento do AVA e das unidades de aprendizagem.</p>
<p>EIXO 4. POLÍTICAS DE GESTÃO</p> <p>Dimensão 5: Políticas de pessoal</p>	<p>1) Que se avance na ampliação do quadro docente e tutorial tendo em vista atender os novos cursos autorizados e mesmo o crescimento que os cursos antigos vêm atingindo.</p> <p>2) Que se avance na ampliação do quadro técnico-administrativo tendo em vista o atendimento com qualidade do desenvolvimento institucional e dos seus cursos.</p> <p>3) Que se intensifique a realização de cursos e programas de capacitação tanto do pessoal docente e tutorial como do corpo técnico-administrativo.</p> <p>4) Que se divulgue constantemente os planos de carreira docente e técnico-administrativo.</p> <p>5) Que se amplie o Regime de Trabalho do Corpo Docente, visando a inclusão de pesquisas, criação de grupos de estudos e também o atendimento aos novos cursos autorizados.</p>
<p>Dimensão 6: Organização e gestão educacional</p>	<p>1) Que se avance na organização colegiada dos novos cursos, assim como se tem feito nos cursos mais antigos.</p> <p>2) Que sejam apresentados à comunidade acadêmica dados informativos sobre o fluxo de gestão, para familiarização com a organização institucional.</p>

	<p>3) Que se construa um canal interno para divulgação dos atos decisórios dos colegiados institucionais e dos cursos, acessível a toda a comunidade interna, para que acompanhe o dinamismo da vida institucional e se marque a transparência institucional apontada no PDI.</p> <p>4) Que se invista na capacitação institucional e legal contínua dos setores acadêmicos, especialmente aqueles que devem responder aos processos autorizativos do MEC.</p>
<p>Dimensão 10: Sustentabilidade financeira</p>	<p>1) Que se avance nas novas contratações de pessoal para atender de forma satisfatória os novos cursos a serem implantados, tanto em termos de corpo docente como de técnico-administrativo.</p> <p>2) Que se amplie os investimentos nos recursos tecnológicos, priorizando as inovações nessa área, para fins de enriquecimento pedagógico dos cursos.</p> <p>3) Que se invista nos recursos em programas de pesquisa e extensão, inclusive de forma institucionalizada com vistas a avançar no projeto acadêmico institucional e na sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento no país.</p> <p>4) Que se amplie a busca por recursos, inclusive a novas fontes de renda fora do âmbito institucional para a execução de projetos específicos.</p>
<p>EIXO 5. INFRAESTRUTURA FÍSICA Dimensão 7: Infraestrutura física</p>	<p>1) Que se avance no desenvolvimento do uso das novas tecnologias, como recursos pedagógicos para a consecução dos cursos propostos e em funcionamento.</p> <p>2) Que se amplie as melhorias no AVA, que já vem sendo realizadas pelos profissionais na área de TI, para novos serviços e avanços em suas possibilidades comunicacionais no âmbito dos cursos.</p>

	3) Que se invista em mais recursos e mais profissionais no desenvolvimento de ferramentas acadêmicas disponíveis no AVA como: Videoteca, bibliotecas de periódicos online, plataformas e aplicativos educacionais.
--	--

CONCLUSÃO

Em seu esforço avaliativo a CPA analisou documentos, entre eles os relatórios das avaliações internas pelas quais a instituição passou nos últimos anos, verificou projetos institucionais e dos cursos, visitou o site institucional, o AVA, Bibliotecas Virtuais e outros espaços utilizados pela comunidade acadêmica. Em paralelo a isso foram realizadas entrevistas diversas, participação em reuniões, em eventos, verificados formulários, levantados dados e recolhidos diversos insumos para análise diagnóstica da atual situação institucional.

Em resumo, concluiu-se que no ano de 2023 a FBMG deu um salto em nível de organização interna e comunicação externa, construindo caminhos para uma nova fase institucional, com cursos reconhecidos e cursos novos autorizados e em processos de implantação. Constatou-se também que isso gerará novas demandas de investimentos de esforços e financeiros em aquisição de novas tecnologias, contratação de pessoal e melhorias em nível de processos de gestão. São caminhos normais de qualquer instituição que pretende se destacar pelos bons serviços oferecidos e por sua contribuição para o desenvolvimento social.

Este relatório, após encaminhado para os órgãos de gestão e enviados para o MEC através do sistema e-MEC, será publicado para a comunidade acadêmica para fins de ampla discussão e apropriação pelos seus diversos segmentos, para fins de destaque dos aspectos exitosos, regulações e proposição de melhorias da FBMG.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

COMISSÃO PROPRIA DE AVALIAÇÃO

Faculdade Batista de Minas Gerais - FBMG